

Problemas para visualizar a mensagem? [Acesse este link.](#)

CEJUR NOTÍCIAS

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

 Informativo eletrônico

Ano III | Nº. 162 | Quinta-feira, 22 de novembro de 2018

Olá! Segue mais uma edição do nosso **Cejur Notícias**. Destaque para seção **Aconteceu**, com notícias relevantes e variadas. Uma boa leitura a todas e todos.

INTERNAS

Lançamento da cartilha “Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio no Brasil”



Vai acontecer na próxima segunda, 26 de novembro, das 13h30 às 17 horas, o lançamento da Cartilha “Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio no Brasil”, promovido pelo Nudedh com apoio do Cejur e da Fesudeperj. O tema será debatido sob múltiplas perspectivas: Defensoria Pública, Ministério Público, organizações não governamentais e refugiados. O evento, aberto ao público em geral e com tradução em libras, acontece no auditório o 2o. andar da sede da Defensoria Pública. Para ver a programação completa clique [aqui](#). Participe!

1º Seminário Nacional Defensoras e Defensores Públicos e Equipes Técnicas em Atuação na Área da Saúde Mental

A saúde mental de pessoas em situação de rua, de pessoas presas e de pessoas em internação psiquiátrica de longa duração estarão em debate no 1º Seminário Nacional Defensoras e Defensores Públicos e Equipes Técnicas em Atuação na Área da Saúde Mental, que será realizado nos dias 6 e 7 de dezembro, no auditório da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, no 2º andar do edifício sede. O evento é promovido pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com apoio da Comissão da Pessoa com Deficiência da Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADep), da Associação dos Defensores Públicos (ADPERJ), do Centro de Estudos Jurídicos da DPRJ, e da Fesudeperj. Para conhecer a programação completa clique [aqui](#). As inscrições podem ser feitas clicando [aqui](#).





Você sabia que, em 2017, mais de 130 defensoras e defensores e 30 servidoras e servidores selecionados por meio de editais tiveram a participação em congressos, seminários e cursos nas áreas de direito e outras de interesse da administração pública, realizados no Rio ou em outros estados custeada pela Defensoria? Os editais para concorrer a vagas nessas capacitações foram divulgados pelo Cejur. São os nossos honorários que financiam este e tantos outros benefícios. [Saiba mais](#) sobre a campanha e participe!

ACONTECEU

Mandado de segurança garante prerrogativa da Defensoria na comarca de Resende



Por unanimidade, a 3ª Turma Cível do Conselho Recursal anulou, em sessão no último dia 17, decisão do Juizado Especial Cível de Resende, no Sul Fluminense, que havia certificado trânsito em julgado sem que a Defensoria Pública, que assiste o réu sucumbente em ação de cobrança, fosse intimada da sentença e tivesse oportunidade de analisar o cabimento de eventual recurso. O defensor público **Paulo Rodolfo Kraft**, titular da 1ª Vara Cível da comarca em acumulação com o Juizado local, só recebeu os autos do processo quando iniciada a fase executória e, diante da

negativa do juízo em retificar a certificação, impetrou mandado de segurança, em favor das prerrogativas da Defensoria Pública. A audiência de Instrução e Julgamento do caso aconteceu em 25 de outubro de 2017, com a presença da Defensoria Pública. Na ocasião, o juiz marcou a data da leitura da sentença para o 8 de novembro do mesmo ano; os autos, porém, não foram remetidos para ciência do defensor público. A decisão do juízo só chegou ao conhecimento da Defensoria de Resende seis meses depois, em 25 de maio de 2018, após a serventia ter certificado o trânsito em julgado e a parte autora iniciado a execução. Para ler a notícia em detalhes, clique [aqui](#).

Ação de medicamentos reforça que saúde é dever do Estado

A 10ª Câmara Cível do TJRJ determinou que o Estado do RJ e o Município de Pirai garantam, de imediato, tratamento para controle de transtornos neurocomportamentais a uma criança de sete anos, sem a necessidade de comprovantes adicionais sobre a situação financeira da família. No final de agosto, a mãe de uma criança procurou a Defensoria Pública de Pirai, RJ, para pleitear tratamento para Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) à filha. A Defensoria apresentou, então, ao juízo único, pedido de tutela de urgência para fornecimento dos medicamentos prescritos em laudo médico. O juízo da comarca condicionou a apreciação do caso à entrega de documentos que atestassem serem os rendimentos do núcleo familiar (pai e mãe) da menina insuficientes para a compra dos medicamentos. Contra esta decisão, o defensor público responsável, **William Akerman**, insurgiu-se. Na Câmara, foram acolhidos os argumentos do defensor,



garantindo à criança o tratamento requerido. O caso foi, inclusive, notícia no site da ANADEP, no dia 25/10/2018, e pode ser visto mais detalhadamente clicando [aqui](#).

Declarada, em HC, nulidade de prova obtida por meio de violação de dados e de comunicações telefônicas via “Whatsapp”



A DPRJ obteve êxito na declaração de nulidade de prova obtida por meio de violação de dados e de comunicações telefônicas via “Whatsapp”, em HC que também reconheceu a ilegalidade de prisões ocorridas após operação das Forças de Segurança nos Complexos da Maré e do Alemão. As prisões de cinco jovens foram mantidas pelo juiz que presidiu a audiência de custódia realizada para a oitiva dos acautelados, o que ensejou o manejo de Habeas Corpus pela defensora pública **Bruna Martins Amorim Dutra** ainda no plantão judiciário. Consolidada a liminar que relaxou a prisão dos pacientes, a Quinta Câmara Criminal do TJRJ também declarou a nulidade da prova obtida por violação ao sigilo do “Whatsapp”, o que, segundo a Defensoria, foi justamente a motivação para a prisão dos jovens, com o equivocado argumento de comunicação prévia para evitar os agentes da lei, os quais cercaram a liberdade dos pacientes alegando suposto tráfico de drogas. Para ler o acórdão, clique [aqui](#).

ANADEP se habilita como *amicus curiae* na ADPF 462/SC

A Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos ingressou como *amicus curiae* na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 462, em que se discute a inconstitucionalidade da Lei Complementar 944/2015, do município de Blumenau/SC, alegando a violação a artigos da CF. Entre eles, o que prevê a competência privativa da União para fixar diretrizes do sistema de educação, e o da liberdade de cátedra, que assegura o pleno desenvolvimento da pessoa humana. Como a Defensoria atua intensamente na defesa de direitos das minorias, viu-se também legitimada, por meio de sua Associação nacional, a pleitear a ampla possibilidade de estabelecimentos de educação abordarem questões ligadas à sexualidade e ao gênero em suas grades de ensino, até visando à construção de uma cultura menos violenta no tocante a tais assuntos. Para ler a íntegra da alentada petição (que tem entre os seus assinantes o ex-defensor público Luís Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho), clique [aqui](#)



TJRJ afasta multa administrativa aplicada a genitor de menor



A Décima Primeira Câmara Cível afastou, por unanimidade, a aplicação de multa administrativa a genitor considerado negligente e descumpridor dos deveres inerentes ao poder familiar. A sentença condenou o genitor, apelante, à multa prevista no art. 249, parágrafo único, do ECA. Ao ser julgado o recurso contra a decisão singular, o colegiado entendeu ultrapassada a necessidade de manutenção daquela medida corretiva, eis que, quando do julgamento do recurso, o outoro menor já tinha 19 anos de idade. Assim, com base no **princípio da atualidade**, a multa foi afastada, já que deve ser aplicada se houver situação de perigo a criança ou adolescente no momento da decisão judicial, o

que já não ocorria no momento da decisão colegiada. Para ler o acórdão, clique [aqui](#)

Relatório preliminar da CIDH traz 71 recomendações ao Brasil

Após uma semana de visita ao Brasil para averiguar a situação dos direitos humanos no país, a comitiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos divulgou um relatório com observações preliminares. A avaliação da Comissão levou em conta diversas temáticas, da violência no campo à perpetuação do trabalho escravo, da migração aos defensores de direitos humanos, das pessoas privadas de liberdade ao combate ao discurso de ódio. A percepção inicial é de que houve uma retração na garantia de direitos nas mais diversas áreas. A partir dessa análise, a CIDH elaborou 71 recomendações ao Brasil, que também serão incluídas no relatório final, em data a ser definida. Quanto às Defensorias Públicas, a CIDH recomenda um aumento de recursos humanos e financeiros, com o objetivo de fortalecê-las. Para ler o relatório preliminar completo, clique [aqui](#).



Uso de vocabulário ofensivo a juíza gera multa por litigância de má-fé

Depois de ver julgado improcedente um pleito de danos morais que intentara, o advogado Matheus Monteiro de Barros Ferreira, atuando em causa própria, veiculou em sua apelação palavras ofensivas à juíza sentenciante, a ela se referindo como “puta ignorante”, “retardada” e “imbecil”, entre outros termos bastante pesados. Tal proceder, segundo o advogado, tinha função estratégica: tendo sido ele próprio objeto de xingamentos pelo réu, a intenção seria demonstrar a injustiça da improcedência da sua ação de danos morais. Mas a estratégia não funcionou. A 2ª Câmara de Direito Privado do TJ/SP não só negou provimento ao recurso interposto, como também condenou o advogado ao pagamento de multa por litigância de má-fé: “Fica, destarte, consignado nosso repúdio à conduta antiética e desleal praticada pelo apelante, obrigando este centenário E. Tribunal de Justiça a ter acesso a palavras tão desqualificadas e colocadas nos autos fora do contexto técnico.” Para ler a íntegra da matéria, publicada no site *Migalhas*, clique [aqui](#).

Determinada apreensão dos passaportes de Ronaldinho Gaúcho e seu irmão

Condenados pela Justiça em 2015, por dano ambiental, Ronaldinho Gaúcho e seu irmão, o empresário Assis Moreira, tiveram seus passaportes apreendidos por decisão do TJRS. Isto porque, desde a condenação, não houve o cumprimento de nenhuma das medidas impostas na sentença, chegando a RS 8,5 milhões o valor das multas e indenização devidas. Ronaldinho e seu irmão foram condenados por construções ilegais em área de preservação permanente e sem licenciamento ambiental, na capital gaúcha. Leia a notícia do dia 02/11/2018, publicada no site *Globoesporte.com*, [aqui](#).



DOCTRINA DINÂMICA

Prefiro dar um passo modesto com as audiências de custódia, por Eduardo Januário Newton

O defensor Eduardo Newton, em artigo publicado no site *Consultor Jurídico*, no dia 14/11/2018, analisa e discorda de alguns pontos defendidos em artigo sobre audiência de custódia elaborado por

colunista semanal do site. Um dos aspectos criticados é a alegação do aspecto continental do país, suficiente a justificar a realização de tal audiência pelo sistema de videoconferência. Eduardo faz duas observações que o motivam a discordar desta forma de realização do ato: a falta de previsão legal e a falta de contato direto entre o juiz e o custodiado. **Trecho:** “ De acordo com o exame do colunista, há algo a ser feito ainda diante do direito subjetivo público da pessoa privada de liberdade. Sem sombra de dúvidas, existem passos a serem dados pela comunidade jurídica quanto ao direito de ser apresentado sem demora à autoridade judicial”. Para ler o artigo na íntegra, clique [aqui](#).

Não se esqueçam de Patrícia Acioli, por José Augusto Garcia de Sousa

O defensor José Augusto Garcia, em artigo publicado no site *Jota*, no dia 10/11/2018, lembra o assassinato da juíza Patrícia Acioli para sustentar que são temerárias as propostas, muito ouvidas nos últimos tempos, de fortalecimento excessivo das forças de segurança e estiolamento das garantias fundamentais. **Trecho:** “(...) Pois bem, neste momento pós-eleitoral, em que pululam as propostas mais insólitas para enfrentar o problema da segurança pública no Brasil, sobretudo por meio da concessão de verdadeiras ‘cartas brancas’ às forças policiais, o atentado contra a vida da juíza Patrícia Acioli não pode deixar de ser lembrado. Quem matou Patrícia não foi um policial tresloucado ou dois. Foram onze. Com o apoio do comandante do Batalhão. Seria uma grande injustiça tomar os homicidas de São Gonçalo como regra dentro da corporação. Não se ignora que a Polícia Militar tem muitos homens bons, que trabalham nas piores condições possíveis e não raro tombam no desempenho das suas funções. Ainda assim, o caso da juíza está longe de ser isolado. O que aconteceu só chamou a atenção pela audácia sem limites. E os que perpetraram o ato hediondo não estavam munidos de qualquer carta branca oficial para resolver a seu jeito o problema da criminalidade. Imagine-se o que poderá ocorrer se essa temível carta branca efetivamente vier.” Para ler a íntegra do artigo, clique [aqui](#).



Programa de Educação Continuada

Defensores e servidores podem acessar o programa pelo site da Defensoria ou pelo endereço www.pec.defensoria.rj.def.br. Estagiários têm o conteúdo próprio disponibilizado pelo site da Fesudeperj – clique [aqui](#).

AGENDA DO PEC



28/11 e 05/12, das 9 às 12h - Próximas aulas do Curso de Capacitação sobre Garantias Legais em territórios instáveis, na Fesudeperj com os temas: Monitoramento da Intervenção e o papel das organizações da sociedade civil (28/11) e Repressão e resistencia: Novas estratégias e ferramentas (5/12)



23/11, das 15 às 17h - Aula para estagiários sobre o tema “O direito real de laje à luz da Lei 13.465/2017”, com o professor Marcílio Brito, na Fesudeperj. Não é necessária prévia inscrição.

NOVIDADES EM EAD

Já disponíveis no site do PEC:

20 anos Aniversário NUPED



Aniversário de 20 anos do Nuped – O evento de comemoração pelos 20 anos de atuação do Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência, ocorrido no dia 29/10, na sede, lançou oficialmente a cartilha sobre “Pessoas com deficiência e direitos humanos”.



Seminário Regime de Recuperação Fiscal do RJ - Ocorrido em 16/10, teve como objetivo proporcionar o conhecimento sobre o Regime de Recuperação Fiscal, compreender o impacto na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e esclarecer dúvidas a respeito do tema.

ACESSANDO A ACADEMIA

Revista *Publicum*, da UERJ, lança edição comemorativa dos 30 anos da CF/88



A revista *Publicum*, periódico acadêmico voltado à linha de direito público do Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ, lançou edição comemorativa dos 30 anos da CF/88, com artigos que buscam analisar as transformações fáticas e jurídicas ocorridas desde a promulgação da Carta. Entre os artigos, destacamos um artigo de autoria do ministro Luís Roberto Barroso e, outrossim, um artigo de autoria do defensor/RJ, Pedro González, intitulado “Defensoria Pública nos 30 anos de Constituição: uma instituição em transformação”. Para o acesso direto à Revista, clique [aqui](#).

Acesse a Revista de Informação Legislativa, do Senado Federal

A *Revista de Informação Legislativa*, organizada pelo Senado Federal, já disponibilizou o acesso *online* da edição nº 218, com vários artigos qualificados. Destacamos dois artigos: o de Tiago Ivo Odon, sobre “Segurança pública e análise econômica do crime”, que indica caminhos para o desenho de uma política de segurança pública no Brasil, e o que trata das “Transformações do entendimento do STF sobre o direito à saúde”, de Flávio Pedron e João Carneiro Neto. Para ter acesso à obra, clique [aqui](#).



AGENDA ACADÊMICA

Lançamento do livro “Repercussão Geral” - uma releitura do direito vigente, dia 30/11, no CCJF

A obra de Frederico Montedonio Rego, “Repercussão Geral”- uma releitura do direito vigente, da Editora Fórum, será lançada no Centro Cultural da Justiça Federal, no dia 30/11/2018, das 18 às 21hs. O livro destina-se, principalmente, aos operadores do Direito com atuação nos tribunais

superiores, professores e estudantes de pós-graduação. A apresentação do livro no evento de lançamento caberá ao ministro Luís Roberto Barroso, do STF. Na obra, os assuntos estão divididos em três capítulos: A subutilização da negativa expressa de repercussão geral, com sua correspondente superutilização oculta: A insuficiência de uma técnica de efeitos amplos usada apenas para resolver casos repetitivos (Capítulo 1), A motivação como veículo de controle formal dos efeitos das decisões negativas nos filtros de relevância das cortes supremas (Capítulo 2) e A negativa de repercussão geral como instrumento de seleção qualitativa de recursos extraordinários (Capítulo 3). O CCJF fica situado na Av. Rio Branco, 241, Centro, Rio de Janeiro/ RJ. Clique [aqui](#) e saiba mais. Não perca o lançamento!



Lançamento do livro “Defensoria Pública - excelência no atendimento e nas postulações judiciais”, dia 06/12, na Adperj



No próximo dia 06, às 18hs, na sede da Adperj, será lançado o livro “Defensoria Pública - excelência no atendimento e nas postulações judiciais”, de autoria de Adolfo Filgueiras Etienne, defensor público/RJ. A obra ocupa-se de tema que tem despertado cada vez mais interesse no âmbito das Defensorias Públicas brasileiras: a questão da qualidade no atendimento. Prestígio!

AGENDA GERAL

Colóquio “Intervenção federal na segurança pública - desafios ao MPF na proteção dos direitos humanos e no controle externo da atividade policial”, de 28 a 30/11

O colóquio, que se realizará no Hotel Windsor Guanabara, localizado na Av. Presidente Vargas, 392, Centro do Rio de Janeiro, tem uma ampla grade de discussões a respeito dos desafios do Ministério Público Federal, na proteção dos direitos humanos, em tempos de intervenção federal. A organização é do próprio MPF, e um qualificado grupo de debatedores estará presente, entre eles **Fábio Amado**, defensor público e coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPRJ. Dentro do evento, no dia 29, ocorrerá uma roda de conversa, com defensoras e defensores de direitos humanos, sobre o tema *Viver no Rio de Janeiro em tempos de intervenção federal*. Para ver a programação completa, e o email para inscrição no evento, clique [aqui](#).



Evento no Instituto dos Advogados Brasileiros, no dia 30/11, sobre o Direito à Cidade nos 30 anos da CF

O IAB-Instituto dos Advogados Brasileiros sediará um Seminário sobre os 30 anos da Constituição Federal e do Direito à Cidade, ao longo do dia 30 de novembro, das 8:30 às 18hs, no plenário



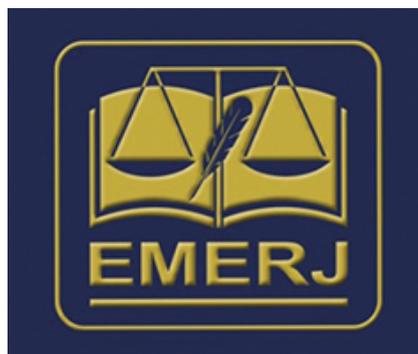
respectivo, situado na [Av. Marechal Câmara nº 210, 5º andar](#), Castelo, Rio de Janeiro. As inscrições, gratuitas, estão abertas a todos os interessados, e podem ser feitas através do site www.iabnacional.org.br. Os estudantes de direito receberão certificados, conferindo 08 horas de estágio pela OAB. A exposição do tema é dividida em painéis. Para saber mais sobre o evento, clique [aqui](#).

30 de novembro de 2018
sexta-feira, das 8h30 às 18h

Seminário Internacional sobre Gênero e Direito, na Emerj,

dias 06 e 07 de dezembro

Evento de porte internacional, o Seminário discutirá os desafios para a Despatriarcalização do Sistema de Justiça na América Latina, nos dias 06 e 07/12, das 9 às 18hs, no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim, situado no Centro da cidade do Rio de Janeiro: Rua Dom Manuel, s/n, 4º andar. Os temas de debate serão divididos em painéis, ao longo do encontro. Uma conferência inaugural com o tema A interface entre gênero e direito: experiências e desafios transnacionais abrirá os trabalhos do dia 06. Finalizando o evento, no qual serão palestrantes professoras do Peru, Colômbia, e México, entre outras nacionalidades, no dia 07 o encerramento será com o tema Os movimentos feministas interpelam os poderes judiciais da América Latina. As inscrições são feitas no próprio site da Emerj. Maiores informações, além da programação completa, podem ser visualizadas [aqui](#).



NOVIDADES LEGISLATIVAS

União

Lei nº 13.728, de 31/10/2018 - Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para estabelecer que, na contagem de prazo para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, serão computados somente os dias úteis. Para ver a lei, clique [aqui](#).

Estado do RJ

Lei nº 8152, de 05/11/2018 - Dispõe sobre o sistema de revista nos estabelecimentos bancários e comerciais do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências, determinando que a revista de usuários, necessária à segurança interna dos estabelecimentos bancários e comerciais, será realizada com respeito à dignidade humana e segundo o disposto nesta Lei, vedando, ainda, a revista íntima. Para ver a lei, clique [aqui](#).

Lei nº 8.142, de 26/10/2018 – Estabelece que os centros de formação de condutores ficam obrigados a possuir pelo menos 1 (um) veículo adaptado para a aprendizagem de pessoas com deficiência. Para acessar a lei, clique [aqui](#).

Lei nº 8.136, de 22/10/2018 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação e manutenção de sistema de segurança baseado em câmeras de vídeo e áudio, com recurso de gravação de imagens, instaladas nas áreas externas e internas, nas áreas de uso comum e nos acessos de entrada e saída das dependências de instituições de longa permanência para idosos, públicas ou privadas, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta)

anos. Para ver a lei, clique [aqui](#).

PORTUGUÊS EM FORMA

Plural dos substantivos compostos



Qual é o plural de matéria-prima? E de público-alvo, elemento-chave? Na formação do plural dos substantivos compostos pode haver: a flexão dos dois elementos que formam a palavra; apenas a flexão do primeiro elemento que forma a palavra; apenas a flexão do segundo elemento que forma a palavra ou a não flexão dos elementos, que se mantêm invariáveis. Como a matéria gera muitas dúvidas, escolhemos o site normaculta.com.br para nos auxiliar a entender melhor, e evitar erros ao confeccionarmos uma redação. É o que pode ser visto clicando [aqui](#)



Espaço cultural

Exposição sobre o futuro do trabalho, no Museu do Amanhã, até dia 31/12/18

Interessante exposição, a “Ofisuka 2068 – Imaginando um Futuro do Trabalho”, está disponível para visita no Museu do Amanhã, na Praça Mauá, Rio de Janeiro. É um momento em que a imaginação tenta descobrir um futuro possível para a vida profissional daqui a 50 anos. Na mostra, o visitante se depara com uma grande Ofisuka (palavra que significa escritório-casa em japonês), um ambiente versátil que mescla trabalho e convívio de forma colaborativa. É um espaço para onde as pessoas poderão se mudar por temporadas para desenvolver projetos, obras ou empreendimentos específicos. Também é possível ver eventuais novas profissões, além de ferramentas e equipamentos que serão usados, como a geladeira de gel, as impressoras 3D que vão criar móveis e exoesqueletos, impressoras de comida, máscaras de visualização e casulos de dormir. Enfim, é uma criativa forma de imaginar o futuro do trabalho, face às infindáveis descobertas na área tecnológica. A mostra tem preço bem acessível, e está aberta de terça a domingo, das 10 às 17h, sendo gratuita a entrada no Museu do Amanhã às terças. Para saber mais detalhes, e a localização, clique [aqui](#).



Arpilleras: Atingidas por Barragens Bordando a Resistência, documentário no CCJF

O Centro Cultural da Justiça Federal, em apenas um final de semana, exibirá o documentário Arpilleras: Atingidas por Barragens Bordando a Resistência. Trata-se da história de dez mulheres atingidas por barragens das cinco regiões do Brasil, que, por meio de uma técnica de bordado surgida no Chile durante a ditadura militar, costuraram seus relatos de dor, luta e superação frente às violações sofridas em suas vidas cotidianas. A narração fica por conta da atriz Dira Paes.



Somente nos dias 29/11 e 01/12, quinta e sábado, às 18hs, estará o documentário em cartaz. Saiba o correto endereço clicando [aqui](#).

Colabore com o “CEJUR Notícias”

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para cejur.dpge@gmail.com Muito importante sua participação!

**Este informativo foi produzido pelo Centro de Estudos Jurídicos da
Defensoria Pública do Rio de Janeiro**

Diretor-Geral do Cejur:
José Augusto Garcia de Sousa

Diretora de Capacitação do CEJUR:
Adriana Silva de Britto

Servidora Técnica Superior Jurídico:
Roberta Bacha de Almeida

Projeto gráfico:
Assessoria de Comunicação da DPRJ